



 **PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Boa tarde! Com 13 presenças, há quórum. Vamos iniciar os nossos trabalhos; diretor Luiz Afonso, o prego.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprecio as proposições apresentadas à Mesa, as quais se encontram distribuídas às Sras. e Srs. Vereadores, bem como às respectivas assessorias, através dos aplicativos de mensagem.

Aprecio requerimento de autoria do Ver. Moisés Barboza, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia 7 de abril de 2025, já ocorrido, no turno da manhã.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Em votação requerimento de autoria da Ver.^a Atena Roveda, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia 7 ao dia 10 de abril de 2025. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Coronel Ustra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CORONEL USTRA (PL): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores; nossa galeria; assistentes da TVCâmara. Nós estamos aqui hoje para falar sobre a questão do armamento e, para o atual desgoverno, do desarmamento. Então eu venho apoiar aqui o deputado federal

Paulo Bilynskyj, que conseguiu aprovar, na comissão comandada pela oposição, para votar o projeto visando desarmar a segurança pessoal do atual Presidente. Como o atual desgoverno é desarmamentista, nada mais justo do que – não é mesmo, Ver. Fabiano Rheinheimer? – desarmar a segurança pessoal. E eu, que fui chefe de segurança no GSI durante o governo Bolsonaro, sei o quão é importante a utilização do armamento para fazer esse tipo de atividade extremamente perigosa. Como o atual desgoverno é um governo desarmamentista, eu apoio esse projeto do deputado Paulo Bilynskyj, do Partido Liberal, que visa desarmar a atual segurança pessoal do descondenado. Então nós vamos protocolar uma moção de solidariedade em apoio ao deputado Paulo Bilynskyj para desarmar a segurança pessoal, já que eles acham que armamento não é necessário para a defesa do cidadão de bem, da sua propriedade e da sua família.

Outro assunto que eu trago hoje é com relação à atuação da Polícia Federal no atual desgoverno. Ver.^a Vera Armando, a Polícia Federal não precisa atuar em crimes transfronteiriços, tráfico de drogas, tráfico de armas, porque o Brasil não tem esse tipo de problema. A Polícia Federal, Ver. Fabiano Rheinheimer, está com o tempo, porque eles tentaram dez milhões de vezes (Exibe documento.) quebrar a senha de celular de um dos presos políticos do 8 de janeiro. Não foram cem vezes, não, Ver. Fabiano Rheinheimer, dez milhões de vezes. Então a Polícia Federal está com bastante tempo no nosso País, onde não temos crime transfronteiriço, não temos tráfico de drogas, não temos crime organizado, não temos crime nas favelas com apoio a organizações criminosas, com os PCCs, Comando Vermelho. Dez milhões de vezes, isso é um absurdo, perdendo tempo e dinheiro público para quebrar, Ver. José Freitas, a senha de um celular. Então tomou bastante tempo da Polícia Federal criativa, criativa do atual desgoverno, está certo?

Outro assunto que eu venho trazer hoje é com relação à homenagem que foi feita aqui na Câmara de Vereadores – eu não estava aqui, estava em Brasília, inclusive, conversando com o Presidente Bolsonaro, que me recebeu na semana passada, eu falo quase que diariamente com o presidente. Ocorreu

uma homenagem aqui na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, e eu já vou passar para os meus eleitores, meus apoiadores, que eu fui contra essa homenagem, sou contra essa homenagem, porque não traz nada para Porto Alegre, não acrescenta nada na nossa cidade, Ver.^a Mariana Lescano, que é a homenagem que foi feita ao neto de Rubens Paiva, o Chico Paiva. E ele podia ter vindo aqui e recebido essa homenagem, agradecer e ido embora, mas não, nós tivemos a reportagem do jornal Correio do Povo, e tem o representante do Correio do Povo aqui na Câmara, está certo? Em vez de receber a homenagem e ir embora, agradecer o povo de Porto Alegre e ir embora, foi me criticar. Então, a manchete aqui, Ver. Carlo Carotenuto: Chico desconhecia vereador primo de Ustra. (Exibe documento.) (Lê.) “Eu não sabia disso. Para ver o quanto a gente [...] precisa avançar.” Está certo, Ver.^a Mariana Lescano? Precisamos avançar, homenagem feita a um neto do Rubens Paiva, que tanto fez, Ver. Marcos Felipi, por Porto Alegre. Com certeza agora, Mariana Lescano, Porto Alegre vai melhorar, nós não vamos ter mais problema de enchente, não vamos ter mais problema de fornecimento d’água, porque nós tivemos homenagem aqui na Câmara a essa pessoa que tanto ajudou aqui na enchente o povo de Porto Alegre, os gaúchos, que é o Chico Paiva, essa pessoa tão importante aqui para o Porto Alegre que recebeu a sua homenagem. Em vez de ele vir aqui, receber a homenagem e retornar para o seu lugar, ele veio aqui me criticar porque sou vereador eleito legitimamente pelo povo aqui de Porto Alegre. Então eu agradeço, Presidente, mais uma vez a oportunidade, e nós não iremos recuar. Pra cima deles!

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Obrigado, Ver. Coronel Ustra.

A Ver.^a Vera Armando está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA VERA ARMANDO (PP): Muito boa tarde, Presidente Moisés Barboza; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; público que nos

acompanha também aqui nesta Casa Legislativa; todos que estão também acompanhando esta transmissão da nossa TVCâmara. Eu subo a esta tribuna para fazer a leitura de uma nota de esclarecimento da Secretaria da Transparência e Controladoria de Porto Alegre. “A Secretaria de Transparência e Controladoria do Município, por meio de sua titular, Mônica Leal, informa que não procedem as alegações feitas em manifestação na tribuna pelo Ver. Jonas Reis, do PT, durante a sessão plenária de segunda-feira, 7 de abril. A matrícula de qualquer servidor que ingressa na Prefeitura de Porto Alegre só é gerada após a publicação da nomeação no Diário Oficial. A inserção dos dados relativos à remuneração de um servidor, no Portal Transparência, ocorre por meio de um processo automatizado, que carrega as informações extraídas do Sistema Integrado de Recursos Humanos após o fechamento da folha de pagamento. Esta, por sua vez, é lançada pela Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio. Dados como matrícula, nome completo, lotação e cargos são obrigatórios. No mês de março, mais de 33 mil folhas, entre ativos e inativos, foram publicadas no Portal Transparência, incluindo os novos padrões remuneratórios. Não há qualquer indício de servidores incluídos na folha de pagamento que não constem no Portal. Tampouco há possibilidade de um servidor receber salário sem estar devidamente nomeado. A Secretaria de Transparência e Controladoria segue à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas por parte dos parlamentares, e reforça seu compromisso com a manutenção e o fortalecimento do Portal Transparência, ferramenta eletrônica acessível a todos os porto-alegrenses que reúne informações sobre o uso do dinheiro público e temas relacionados à gestão municipal. O objetivo é consolidar, cada vez mais, a cultura da transparência e do controle social no Município de Porto Alegre.” Assina Mônica Leal, secretária de Transparência e Controladoria de Porto Alegre. Muito obrigada, Presidente.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Nós que agradecemos, Ver.^a Vera Armando.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Ilustre Ver. Moisés Barboza, que preside a Câmara neste momento, na sessão; vereadoras, vereadores, público que nos dá a honra da presença e pela TVCâmara; em 2022, vejam bem como as coisas acontecem de maneira estranha, talvez, no mundo, mas, com certeza, na nossa cidade, eu subi a esta tribuna para fazer uma denúncia importante, que era a seguinte: naquele período, Ver. Oliboni, essa loja Havan, essa rede de Havan, havia feito uma loja na Assis Brasil, que ainda existe, e, como todo empreendimento, cria algum problema de prejuízo ambiental. O natural é que compense o Município, a partir desse prejuízo criado, com plantações, com plantas, com áreas, com dinheiro, para que se comprem... Naquele momento, por incrível que pareça, o DMAE, através do Sr. Maurício Loss, resolveu pagar para Havan, vejam só – vejam só! – o prejuízo que ela teria com a obra, que não daria prejuízo se não existisse. A obra foi feita na Assis Brasil, gerou um passivo ambiental, esse passivo tinha que ser indenizado ao Município, o DMAE assumiu o compromisso e quis pagar, pela Havan, o passivo. Olha, quando isso foi publicado, eu lembro da jornalista Adriana Irion e do jornalista Moisés Mendes falarem muito sobre esse tema, em 2022. E eu vim para a tribuna e denunciei o fato; fui ao Tribunal de Contas, falei com o então procurador do Tribunal de Contas, o Dr. Silvio Jardim, era o Dr. Geraldo da Camino; fui ao MP Estadual, falei ali com a procuradora que me recebeu, muito atenciosa, Dra. Angela Salton Rotunno. E saiu finalmente uma decisão, ainda de caráter liminar, assinada pela conselheira substituta Heloisa Tripoli Goulart Piccinini, proibindo o Município, proibindo o DMAE de fazer aquele tipo de pagamento para a rede Havan, na época, de R\$ 1,7 milhão – R\$ 1,7 milhão! –, em 2022. O DMAE, que não tinha dinheiro para outras demandas do Município; o Município que não tinha e não tem dinheiro para outras demandas da sociedade, queria dar para a rede Havan R\$ 1,7 milhão, uma compensação que era da Havan com o Município. Era um absurdo total, tanto que o Tribunal de

Contas recebeu a informação e eliminou e proibiu o pagamento, o DMAE recorreu. O DMAE recorreu para poder pagar, eu nunca vi isso em toda a minha vida. Vou concluir, o DMAE recorreu para poder pagar! E agora nos chega – é menos que uma informação, é menos –, eu diria assim, uma opinião de uma pessoa balizada, mas não é uma informação, não tem documentos, de que esse pagamento iria ser feito ou foi feito. Ora, é claro que eu estou entrando, neste momento, com pedidos de informações, é evidente, mas o assunto é tão grave, de tamanha relevância e de tamanho prejuízo para o Município, se realmente aconteceu, que eu trouxe já direto o tema para a tribuna. Mesmo porque ou o Município pagou, através do DMAE, ou não pagou, o certo é que recorreu para pagar. Na época, o diretor-presidente deu entrevista sobre isso, recorreu para pagar. O que aconteceu depois, nós precisamos saber. Muito obrigado.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Nós que agradecemos, Ver. Pedro Ruas.

O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Presidente Moisés Barboza e meus caros colegas, é inacreditável o que foi noticiado hoje no Jornal do Comércio e agora começa nos outros canais de imprensa também a respeito de uma ação do Ministério Público. Uma ação de inconstitucionalidade junto ao Tribunal de Justiça, contra a lei discutida e aprovada nesta Casa, o Programa +4D, que prevê uma série de benefícios tributários e fiscais para a região do 4º Distrito, composta por cinco bairros da nossa cidade. O 4º Distrito, como os colegas estão carecas de saber, berço industrial da nossa cidade, passou por um processo de desindustrialização, acabou tendo um abandono, tanto do poder público quanto também da sociedade, ao longo de décadas. E, nos últimos anos, muito especialmente desde 2017, começa a acordar, a se reestruturar pelas mãos valorosas, honrosas, dos empreendedores de Porto Alegre e dos moradores do 4º Distrito. Nós, sendo o poder constituído, discutimos e

aprovamos uma série de benefícios fiscais, entre eles a isenção de IPTU por 15 anos para aqueles imóveis que estão em processo de degradação, que estão abandonados pelos seus proprietários, ou que os proprietários não têm condições de poder investir naquele prédio, naquele imóvel. Com o benefício de IPTU se consegue fazer com que o proprietário invista no imóvel. Ele apresenta à Prefeitura uma série de medidas de qualificação do ambiente urbano. Essa lei foi aprovada por todos nós aqui em 2022, já está vigente. Diversos empreendedores e moradores do 4º Distrito já fizeram o seu processo junto à Prefeitura para qualificar o ambiente urbano e revitalizar essa região. E agora, passado todo esse tempo, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul encaminha uma ação de inconstitucionalidade, supostamente por abrir mão de receita da Prefeitura de Porto Alegre com relação a esses tributos. É o mesmo Ministério Público que não movimenta uma palha; o mesmo Ministério Público que não mexe um milímetro com relação à insegurança, à prostituição, ao tráfico de drogas, à Cracolândia, que já se transformou numa parcela deste território. É o mesmo Ministério Público que não cobra uma intervenção das autoridades competentes para fechar ferros velhos que são receptadores de material furtado; é o mesmo Ministério Público que não move absolutamente nenhuma palha para combater o furto de fios, cabos, materiais metálicos, até mesmo portões inteiros de casas e empresas na região do 4º Distrito; mas é o Ministério Público que agora, dentro das suas torres, decide que a nossa lei aqui não é válida, é inconstitucional, que a Prefeitura não pode abrir mão de receita, não pode dar benefício tributário para incentivar a geração de emprego e renda na nossa cidade, muito especialmente na região do 4º Distrito. Eu espero que o Ministério Público reveja essa decisão, essa postura que trata cada um dos senhores aqui como se nada fossem. É uma intervenção direta na vontade da população, através do voto, da democracia, de escolher os rumos da nossa Cidade, do nosso Estado e do nosso Brasil, e que agora querem, na verdade, aumentar impostos, retomar impostos que deixaram de ser cobrados graças a essa importante lei de fomento, de desenvolvimento da região do 4º Distrito. Então fica aqui aos colegas o alerta para que nós possamos, sim fazer, dentro de todo

o republicanismo, dentro de toda a harmonia entre os poderes, essa sensibilização ao Tribunal de Justiça e ao Ministério Público para que esse tipo de ação não prospere. E, mais do que isso, que esse tipo de ação possa ser evitada justamente para evitar o desgaste das instituições. Não há sentido, nós termos uma lei, nós termos uma discussão, nós termos uma aprovação, uma sanção, e aí depois vem o Ministério Público ou o Poder Judiciário e diz que o que nós definimos aqui em nome de cada um dos porto-alegrenses não vale nada. E pior do que isso, trazendo consequências graves para essa região que foi uma das que mais sofreu, uma das que mais teve danos estruturais e psicológicos com a enchente do ano passado. Fica aqui, portanto, Presidente, o pedido ao Ministério Público que reveja este tipo de postura e de ação dentro da instituição; ao Tribunal de Justiça, que não faça prosperar esse processo, que, sem sombra de dúvidas, vai impactar quem, no final das contas, paga todas as contas – o pagador de imposto. Do nosso salário, da estrutura deste Palácio, passando pelas torres do Ministério Público ao Tribunal de Justiça, o pagador de imposto não merece essa insegurança jurídica, essa instabilidade institucional promovida por este tipo de ação, e falo isso de forma muito respeitosa para que nós possamos botar a bola em centro de campo e estabelecer novos rumos para a cidade, com a devida harmonia entre os poderes. Harmonia essa, que o Legislativo tem muito prestado e que quer manter. Obrigado.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Nós que agradecemos, Ver. Ramiro Rosário.

A Ver.^a Natasha Ferreira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT): Boa tarde, Presidente Moisés; boa tarde, V. Exas. Quero aqui, hoje, dizer rapidamente que nós, hoje de manhã, da bancada do PT, fizemos o relatório dos 100 dias do desgoverno Sebastião Melo, do segundo mandato do governo Sebastião Melo. É um relatório robusto, técnico, mas também político, que apontam saídas, mas acima de tudo

denunciam os retrocessos dessa segunda gestão, que é um governo incompetente, um governo privatista e um governo que fez estelionato eleitoral. Porque dizia ele – dizia ele nas eleições – que nas estruturas públicas teria uma certa valorização, e nós vemos é um ataque frontal a tudo aquilo que é público em Porto Alegre. Aliás, vale dizer que os servidores do Simpa, hoje, que lutam por salário, por dignidade, por condições humanas de trabalho, sabe o que fez o governo? Colocou a polícia para correr os grevistas, manifestantes que lutam por melhores condições de trabalho. É assim que este governo responde aos municipais, e é importante frisar que não foi por falta de aviso. Nós falávamos, na campanha, que não há muito vício de democracia e, no dia primeiro aqui, na posse, o próprio prefeito disse que defender a ditadura aqui era o direito dos parlamentares, e nós, do PT, entramos como uma ação e, sim, nós seguimos discordando dessa posição. Também é importante dizer que, ontem, um deputado do PL, em uma comissão – do PL do Espírito Santo –, disse a seguinte frase: “Eu quero que o Presidente Lula morra. Mais do que isso, que o Lula vá para o quinto dos infernos.” Ao ser questionado, ele disse que esse era o direito dele. Vejam bem, desejar a morte do chefe de Estado passou a ser direito. E quando perguntado novamente por parlamentares do PT... E esse deputado do PL já foi condenado por violência de gênero contra uma deputada do PSOL, do Espírito Santo. É com essa gente que a gente lida no Congresso Federal, e ele, ao ser confrontado, disse novamente: “Eu quero mais que o Lula morra.” Para esse tipo de deputado, para esse tipo de setor da sociedade, que constrói a política através do ódio, da indiferença, que constrói a política através de *fake news*, de mentiras públicas, que nós não podemos temer. Aliás, a AGU entrou com uma ação de representação contra. Espero que o PT, a bancada, entre pedindo a cassação do mandato dele. Porque, se na Câmara Federal querem cassar o mandato do deputado Glauber Braga, do PSOL, que não roubou dinheiro público, não está envolvido em nenhum escândalo de corrupção... Sabem qual foi o grande crime do Glauber? Correr um marginal do MBL que ficava incidindo sobre ele na Câmara Federal, tirando, inclusive, o direito do deputado de ir e vir. Se o Glauber tem que ser cassado, então que esse deputado

que desejou a morte do Presidente Lula seja cassado imediatamente também. A Câmara não pode ser um celeiro onde a extrema direita fascistóide acha que vai fazer o que quer, porque, de fato, ela não ganhou nas urnas em 2022, quem ganhou fomos nós, o governo popular e o governo do Presidente Lula. Então, hoje, os 100 dias aqui em Porto Alegre falam exatamente sobre esse *link* da política de ódio nacional que eles pregam, mas também que se expressa aqui, se expressa na Câmara, quando os projetos não passam pelas suas comissões, viram tudo Reunião Conjunta das Comissões, nós não temos um tempo do Regimento para fazer uma discussão da vida real, sobre os impactos financeiros. É uma Casa que vota terceirização de servidores públicos, mas quer votar o aumento de CCs hoje aqui na Casa. Aliás, volto a dizer: será que a base vai votar aumento de CC hoje aqui, é uma base que faz uma concessão do DMAE, mas não debate a modernização da máquina pública, que chama os concursados públicos, E quem aqui nos assiste agora saibam que nós temos uma fila de concursados ou concursadas, que este governo se recusa a chamar. Nós, do PT, achamos que a máquina pública hoje em Porto Alegre, não deve ser menor, porque nós passamos por uma enchente, por uma emergência climática e, se alguém vai socorrer de fato, o povo que mais precisa, não serão as empresas privadas. As empresas não socorrem as pessoas, elas visam ao lucro, lucro, e a partir do momento em que elas enxergam que não há mais lucro, elas vão embora, deixando as pessoas abandonadas. Quem não as abandona é o Estado. Por isso, nesses 100 dias de desgoverno Melo, nós queremos aqui dizer que aquilo que nós falamos desde o momento da posse. Nós somos oposição, responsável, coerente, consequente, mas, acima de tudo, para derrotar esse projeto nefasto em Porto Alegre, que em 28, nós sabemos que a Frente Popular voltará à Prefeitura de Porto Alegre. Muito obrigada.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Nós que agradecemos. Antes de chamar a próxima inscrição pra falar em tempo de liderança, queria saudar algumas presenças aqui: em primeiro lugar gostaria de saudar a presença do novo assessor legislativo da nossa Casa, empossado hoje, pelo

colega Tiago Albrecht, Sr. Eurico Grin, que está visitando o plenário, seja bem-vindo a esta Casa, assistente legislativo, novo aqui, que tenha uma carreira brilhante pela frente no desafio de prestar um belo serviço público. Seja bem-vindo! Também saudar o secretário municipal-geral do governo, secretário André Coronel, que nos acompanha na tarde de hoje; o nosso sempre ex-Presidente, Nelcir Tessaro, também gostaria de saudar aqui o Sr. Ahmed Mulay Ali Hamadi, representante da Frente Polisário no Brasil, que nos visita na tarde de hoje, seja muito bem-vindo.

O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente Moisés Barboza, na pessoa de V. Exa., quero cumprimentar os demais vereadores e vereadoras, o público que nos assiste nas galerias, na TVCâmara. Venho à tribuna fazer um alerta, pedir providências e uma atenção especial em algumas regiões da cidade onde estamos com surto de dengue. Hoje ainda, recebi uma ligação de uma liderança, ali do bairro Glória: na Rua Dona Mosa, na Estrada dos Barcellos, em toda a Vila Primeiro de Maio, há um surto, as pessoas ali estão sendo acometidas por dengue. A liderança me ligou, e aqui eu mando um fraterno abraço ali ao Ataídes. Eu peço uma atenção especial para que o pessoal da Vigilância Sanitária, junto com a Secretaria da Saúde, Controle de Zoonoses, possam estar dando uma atenção especial para essa região. Também, nesse mesmo sentido, na região ali da Planaltina, Rua Carlos Salzano Viêira da Cunha, em toda aquela região ali da Vila Planalto, o pessoal está se queixando de surto de dengue. A gente sabe que algumas pessoas não entendem: não pode deixar água no pires, no vasinho de flor, tem que cuidar com a água no pneu do carro, da bicicleta; mas parece que não vai acontecer comigo, não vai acontecer na minha família, vai acontecer só com o vizinho, não vai acontecer comigo. Não, atenção, essa é uma doença gravíssima, nós estamos com um surto de chicungunha em Carazinho, não é vereador? E aqui em Porto Alegre nós temos que estar atentos.

Eu quero usar este tempo de liderança para dizer que nós fizemos uma emenda parlamentar destinando R\$ 180 mil para o controle de zoonoses. A gente sabe que é uma pauta hoje que está na agenda da cidade como uma preocupação essa questão da dengue – inclusive, já tivemos morte por chicungunha e morte por dengue. Então fazer esse alerta, fazer esse pedido de atenção especial, atendendo também aqui o pedido das lideranças locais, que têm buscado, através do nosso gabinete, se socorrer. Faço esse registro em tempo de liderança.

Também, por ocasião do Dia do Jornalista, esta semana, quero dizer que ontem recebemos a AJEB aqui, 45 anos da Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil. As jornalistas mulheres, tanto questão do tempo de serviço prestado pelas mulheres jornalistas através da AJEB, como também na área da literatura. Fazer aqui o nosso reconhecimento à Tiane, que é a nossa presidente da associação, e à Mesa Diretora também, que nos conferiu o espaço Ana Terra e também o T Cultural Teresa Franco para fazermos uma exposição. Tivemos ali o ingresso de novas jornalistas que se associaram à associação, e também fazer esse registro aos 45 anos da AJEB. Peço que conste aqui também nos Anais da Casa para que nós possamos dar ciência dessa homenagem que a gente presta aqui.

Então, hoje, em termos de tribuna, faço essas considerações, em especial com atenção a essa questão da dengue. Então fica o nosso registro, Presidente, pela atenção, muito obrigado, e seguimos em frente, trabalhando em favor das pessoas, em favor das boas causas, em favor do aperfeiçoamento, da qualidade de vida, e, em especial, da saúde. Muito obrigado pela atenção, uma boa tarde a todos.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Obrigado Ver. Márcio Bins Ely.

A Ver. Juliana de Souza está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Boa tarde, colegas, boa tarde, Presidente. Subo aqui hoje para falar sobre o movimento que vocês devem ter encontrado, inclusive, no caminho até esta Casa, que é a mobilização dos servidores e servidoras municipais. Nós seguimos em greve, os municipais e municipais, após a apresentação de uma proposta desrespeitosa por parte do governo Melo, uma proposta humilhante para os trabalhadores e trabalhadoras que fazem Porto Alegre funcionar.

Ontem, na mesa de negociação, o governo Melo apresentou que reconhece, Ver. Tiago, que deve à categoria, reconhece que deve, inclusive, valores de reposição referente ao período da gestão Melo, porém, acha que não tem por que pagar. E, portanto, apresentou uma proposta que dá apenas 4,83% de reposição salarial referente apenas ao IPCA de 2024 e deixando para trás os valores referentes ao IPCA de 2023, que o próprio governo reconhece. Isso demonstra como o prefeito Melo trata com aqueles e aquelas que atendem a população na linha de frente da assistência social, da saúde, da educação. E quais são as suas prioridades, pois, enquanto ele achaca o salário dos servidores que estão cada vez mais endividados, cada vez mais adoentados por condições precárias de trabalho e mal remuneradas para exercerem atividades essenciais da nossa cidade, ele também faz negócios e vive tentando transferir recursos públicos para a iniciativa privada com a ampliação das terceirizações, com a construção de parcerias público-privadas, pois não tem dinheiro para pagar os professores e professoras, mas tem dinheiro para fazer PPP nas escolas, para gestão, para manutenção das escolas por 20 anos. Essas são as prioridades do governo Melo, fazer negócios e não cuidar de quem cuida da população, Presidente. É por isso que os trabalhadores e trabalhadoras municipais seguem em greve, porque a gente acredita que é preciso qualificar o serviço público, fortalecer o serviço público, interromper o processo de privatização daquilo que é essencial para a garantia de direitos. E é por isso que a gente quer que o governo Melo sente para negociar, que o prefeito Melo receba a categoria, mas ele disse que nesses dias a prioridade dele era ir para o South Summit, ao invés de conversar com os trabalhadores. Portanto, a gente segue

imobilizado, parando as escolas, parando os locais de trabalho e com o apoio da população que, cada vez mais, se soma no nosso processo de mobilização. Porque são as mães que sentem a falta de monitores nas escolas, são as mães que sentem com a precarização das escolas. Nós temos escolas que estão com a rede elétrica deteriorada, com prédios caindo, como são as escolas da Zona Sul, da Zona Leste. E, ainda assim, o governo Melo acha que as prioridades devem ser fazer os seus negócios. Portanto, nós queremos aqui sensibilizar os vereadores e vereadoras a compreenderem que essa greve é também por reposição salarial, mas é sobretudo pela defesa dos serviços públicos; é sobretudo para a garantia da prestação de acesso aos direitos e as políticas públicas para a nossa população. Nós só queremos o que é justo, que Melo cumpra a sua palavra, ele disse que, referente ao governo Marchezan, ele não pagaria o que a Prefeitura devia, porém ao seu governo ele pagaria. Ele reconhece que deve, mas viu que não vai pagar. Nós achamos que é uma pouca vergonha. Nós temos hoje um projeto de lei para criar mais CCs, mais FGs, quando três FGs juntas somam R\$ 100 mil, e os nossos servidores, Presidente, os monitores de inclusão vão receber R\$ 110,00 de aumento apenas. Nós estamos falando que, nesta Casa, vai ser votada a criação de FG de R\$ 33 mil, e monitores receberão R\$ 100,00 apenas de reposição salarial. É um desrespeito com a população, é um desrespeito com os servidores, é uma desmoralização, e eu espero que esta Casa não cometa esse erro de votar a criação de mais cabides de emprego e não valorização dos trabalhadores e das trabalhadoras municipais. Muito obrigada.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Nós que agradecemos, Ver.^a Juliana. Estamos encerrando o uso do tempo de liderança das bancadas. Não havendo mais inscritos em tempo de liderança, gostaria de solicitar a abertura do painel para acolher as presenças das vereadoras e dos vereadores a fim de entrarmos na Ordem do Dia. Lembro a todos que necessitamos das presenças de 18 vereadores para adentrarmos na Ordem do Dia. (Pausa.)

Enquanto cumprimos o tempo regimental, vamos adentrar, se tivermos quórum, na Ordem do Dia no PLE nº 005/25, em que já discutiram a matéria o Ver. Roberto Robaina, a Ver.^a Natasha Ferreira, o Ver. Jonas Reis e o Ver. Aldacir Oliboni.

(15h02min) Presentes 26 vereadores. Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Só um momento. Pois não, Ver.^a Cláudia. Pois não, Ver.^a Cláudia.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): Só um minutinho, vereador. Um minuto, por favor.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Ver. Robaina.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Presidente, sobre esse projeto, eu não sei se o governo vai novamente retirar da Ordem do Dia. Começou-se a discutir nesta segunda-feira, mas eu fiz uma intervenção na tribuna e eu, em algum momento, gostaria que o governo esclarecesse, porque eu afirmei na tribuna que existe uma ilegalidade que está sendo cometida, que é o pagamento de 15 cargos de confiança, um adicional para esses 15 cargos de confiança, que não estão previstos em lei, porque a Câmara dos Vereadores votou contra o meu voto, mas votou um número determinado de cargos de confiança recebendo um determinado provento. Se votou, naquela oportunidade 22, e nós temos hoje 37. Então, são 15 que estão recebendo um provento a mais sem previsão legal. Eu gostaria que o governo esclarecesse.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Ver. Robaina, só para esclarecer os presentes: foste beneficiado com o pedido de um minuto do governo para fazer a sua interpelação, mas agora vamos ouvir a vice-líder do governo.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Presidente, eu queria fazer uma troca, um requerimento de troca: que o primeiro item que nós estávamos discutindo, que é o das comissões – o PLE nº 005/25 – seja substituído pelo nº 18 – o PLE nº 004/25 – na priorização da Ordem do Dia.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): O requerimento da Ver.^a Cláudia Araújo é que se substitua a continuação da discussão do projeto nº 1, que é o PLE nº 005/25, pelo nº 18, que é o PLE nº 004/25, que desafeta a área pública localizada na Av. Francisco Trein, autorizando o Poder Executivo Municipal a transmitir a propriedade dessa área por dação em pagamento ao Hospital Nossa Senhora da Conceição ou ao Hospital Fêmea. É isso, vereadora?

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): É isso.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Requerimento de alteração de ordem para que apreciemos o nº 18 da nossa priorização. Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.)

Não, alteração de ordem, não pedido de adiamento. Pediram para enfrentar o nº 18 primeiro.

Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Jonas Reis (PT): Eu só não entendi muito bem a vice-líder do governo. Mais uma vez, adiaram...

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Eu explico: da mesma maneira que V. Exa. tem todo o direito de fazer o requerimento com alteração...

Vereador Jonas Reis (PT): Só que eu achei que o secretário Cezar Schirmer estava aqui para aprovar os CCs da secretaria, eu só achei...

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Muito obrigado por lembrar à presidência da Mesa, gostaríamos de saudar a presença do secretário Schirmer que nos abrilhanta aqui na tarde de hoje. Muito obrigado pela presença, Sr. Secretário.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Apenas repudiar a fala do vereador petista de desrespeito ao deputado federal, ao prefeito e secretário. E outra coisa, se ele quer fazer discurso político, que usa tribuna não fique fazendo uma questão de ordem *fake*... Aliás, o PT é especialista em *fake*...

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Por favor, gente. Vamos enfrentar o décimo oitavo que tem na nossa pauta.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):
(Procede à leitura da ementa do PLE nº 004/25.)

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Em discussão o PLE nº 004/25. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nossa presidência, neste momento, Ver. Moisés Barboza; colegas vereadores e vereadoras; agradeço a sensibilidade do governo de poder perceber a importância que tem a construção do hospital em Porto Alegre, e, queira ou não, a iniciativa de desafetação dessa área ali na Augusto Trein, ao lado do Hospital Conceição, vai trazer a possibilidade de o governo federal construir um novo hospital que vai juntar o Hospital da Criança Conceição com o Hospital da Saúde da Mulher, que é hoje o Hospital Fêmea. Esse projeto vem sendo tentado já há muitos anos e que não se consolidava, mas que agora com recurso conseguido, já no ano

passado, parte dele, pelo GHC no PAC da Saúde, está possibilitando que se faça não só a permuta desse terreno, mas também o início dessa construção semelhante ao hospital oncológico que há poucos dias foi inaugurado e que esteve aqui, na nossa querida Porto Alegre, o ministro Padilha.

Creio que essa parceria tripartite, seja Município, Estado e União, em alguns projetos que trazem um maior alento, um maior reconhecimento de atendimento à saúde com o sistema SUS, que é universal, e ele sim dialoga com todos nós que estamos na política e queremos resultados, essa é a grande verdade. Queremos resultados, porque, muitas vezes, os governos, seja municipal ou estadual, vai a Brasília, senta com o ministro, senta com o Presidente, discutem inúmeros projetos importantes para o Estado, para o Município, mas muitos deles são abandonados ao longo do caminho, e a gente percebe, depois de algumas notícias da imprensa, de que tal projeto foi abandonado. Aqui não. Há uma ação real e concreta que em cinco anos esse hospital será construído, e que serão investidos mais de R\$ 200 milhões. Imagine só o que virá para Porto Alegre; mais serviços para a área da saúde. Sabemos nós que inclusive o prefeito vai estar aqui na Câmara agora, terça-feira, na Comissão de Saúde e Meio Ambiente, e fez um apelo para que todo mundo pudesse participar, tanto o Município quanto o Estado, como o governo federal, para discutir a questão da saúde como um todo, e nós achamos que muita coisa tem por fazer.

Os governos devem muito para a população; é o Município é o Estado é a União, mas é preciso ter um governo que seja capaz de fazer, e o governo federal está querendo fazer.

Por isso agradeço a sensibilidade dessa parceria tripartite, nesse terreno, é de extrema importância para o cidadão e para a cidadã de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul, e, mais do que isso, porque esses hospitais que são considerados de grande complexidade, tanto o GHC quanto o Hospital de Clínicas, são referências para o Brasil todo, inclusive pacientes do exterior que buscam, em alguma especialização, a cura nos hospitais gaúchos. Muito obrigado.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Muito obrigado, Ver. Aldacir Oliboni.

Mais algum inscrito para discutir? (Pausa.) Não havendo inscritos para discutir, para encaminhar? Nenhum vereador inscrito para encaminhar?

Em votação o PLE nº 004/25. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, estamos tratando aqui de uma questão importante para a saúde da capital. É um movimento que ajuda, mas é importante também lembrar que o posto de saúde não funciona sem os servidores, sem as trabalhadoras, sem os trabalhadores. E hoje, aos agentes de saúde, o governo municipal não repassa o incentivo, que é um dinheiro que vem direto, federal, que tem que ir para eles. Está devendo 20 meses de vale-alimentação aos trabalhadores, os agentes de endemia, os agentes comunitários. De anos atrás, até agora, não resolveu, deixou para a justiça, está lá na justiça. Eu acho que isso não é legal. E digo mais, nós precisamos de uma solução, o secretário de saúde tem que se comprometer com isso. Na Rua Orfanotrófio, tem um posto de saúde que foi fechado pelo Marchezan, a gente precisa reabri-lo. V. Exa. conhece, Ver. José Freitas, a comunidade lá está desassistida. Sei que V. Exa. tem muitas relações na Zona Sul, temos também. A gente precisa ter saúde na porta da cidadania, e é lá no alto na Rua Orfanotrófio. Então as pessoas – cadeirantes, idosos, gestantes, pessoas com duas, três crianças – têm que descer longe para tentar conseguir atendimento. A gente precisa construir a democratização do acesso à Atenção Primária em Saúde, porque isso ajuda a não superlotar os hospitais, porque é a prevenção que precisa de investimentos mais robustos.

E não posso deixar de falar aqui dos erros que foram feitos pelo governo estadual de retirar recurso financeiro de Porto Alegre. Hoje nós temos problemas que se agravam nos nossos hospitais pela falta de sensibilidade do

governo estadual, do Eduardo Leite. E aí arrebenta no mais fraco, que é o morador da periferia, que acaba não tendo acesso à prevenção e depois acaba indo para o hospital. E no hospital, hoje, emergências, superlotação de 300%, e vai piorar no inverno. Escutem o que eu estou dizendo hoje, dia 9 de abril: a superlotação vai estourar mais ainda por causa das doenças respiratórias, características do inverno. Nós não vimos o pior, o pior está por vir. Então as autoridades precisam se preparar, o secretário municipal da saúde, o secretário estadual. Aliás, o governo estadual tem que encerrar aquele capítulo de tirar dinheiro de Porto Alegre, tem que devolver o dinheiro, já viu que não deu certo. Por favor, nós vamos convidar o governador, a secretária de saúde aqui, Ver. Idenir Cecchim; eu acho que eu, como líder da oposição, e V. Exa., como líder do governo. A secretária estadual da saúde tem que sentar aqui e dar explicações a Porto Alegre, porque Porto Alegre atende pessoas do Rio Grande do Sul inteiro. Então não é só Porto Alegre... Nós aqui somos vereadores de Porto Alegre, mas a gente não vai dizer assim: a pessoa vem de fora e não vai ser atendida! Não, nós vamos sempre defender que seja atendida. Agora, o governo estadual precisa garantir o mínimo, e nós perdemos recurso, não tem como inventar dinheiro. Nós vamos inventar dinheiro de onde, Ver. Idenir Cecchim? Nós vamos ter uma fábrica de dinheiro agora para o Fundo da Saúde? Nós fomos alijados, não dá, do jeito que está não dá. Estamos fazendo ações coletivamente, tem as emendas da saúde, dos vereadores, das vereadoras, mas isso não resolve, porque isso a gente já tinha anualmente. Nós precisamos do recurso estadual que está indo sei lá para onde, mas os doentes continuam vindo para Porto Alegre, e a gente tem que atendê-los, porque o SUS não pode olhar o domicílio da pessoa. Imagina, governador, se agora vai vir uma ordem dos prefeitos dizendo: “Ah não, tu moras em Alvorada, não vais consultar aqui”, e a pessoa está na beira da morte. Quem vai fazer essa avaliação, essa triagem? Então do jeito que está não dá e esse projeto conta com o nosso voto favorável.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Obrigado, Ver. Jonas Reis. Não há mais inscritos para encaminhar. Em votação o PLE nº 004/25.

(Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.) **APROVADO.**

Pregão, diretor legislativo.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Apregoo as proposições encaminhadas à Mesa, que estão registradas no documento em anexo, o qual foi distribuído às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores por meio digital, nos grupos de comunicação por aplicativo de mensagens instantâneas integrados pelos parlamentares e por suas respectivas assessorias.

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, ao PLL nº 224/24.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 224/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):

Apregoo o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 01 ao PLL nº 224/24.

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, ao PLL nº 224/24.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 224/24 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Eram

esses os pregões da Ordem do Dia. Passamos ao nº 02?

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Antes de passarmos ao nº 02, gostaria, a pedido do Ver. Fleck, de saudar a presença do ex-prefeito de Triunfo, o Sr. Ezequiel, que nos acompanha na tarde de hoje. É um prazer ter a presença do nobre ex-prefeito de Triunfo. Por favor, diretor Luiz Afonso.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):
(Procede à leitura da ementa do PLE nº 006/25.)

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Em discussão o PLE nº 006/25. (Pausa.) A Ver.^a Grazi Oliveira está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Boa tarde a todos e a todas que nos acompanham, seja presencialmente ou pela TVCâmara; o projeto que nós vamos debater e colocar em votação no dia de hoje está relacionado a um projeto de alfabetização voltado às crianças do 1º e 2º anos do ensino fundamental da nossa capital. Eu queria iniciar a nossa reflexão com a seguinte pergunta: por que as nossas crianças não se alfabetizam na idade certa? Nós estamos escutando, ao longo desse período, a narrativa instaurada pelo governo de que o problema dos índices está voltado àqueles e àquelas que estão tratando do processo de educação nas escolas, ou seja, os profissionais. E eu queria aqui lembrar à base do governo, aos colegas de oposição, que, ao longo dos últimos quatro anos de governo Melo, nós tivemos quatro secretários e secretária de educação, uma presa, pandemia, enchente, falta de professores, retirada da reunião pedagógica periódica, situação de vulnerabilidade em torno da escola, como violência doméstica, tráfico de drogas, insegurança alimentar, desemprego, alcoolismo e precariedade das nossas escolas. Somente essas oito situações que eu pontuei, para mim, já são o suficiente para justificar que, com certeza, não vai ser um programa em que nós vamos implementar livros didáticos pedagógicos e uma bolsa para os professores do 1º e 2º ano que vai sanar os problemas da alfabetização em Porto Alegre. O convite que faço aqui,

como professora, é a gente pensar sobre o contexto social em que os nossos alunos estão inseridos. Nós não podemos ignorar, votando num projeto, mais um projeto, que vai ser a resolutiva do problema da alfabetização dos nossos estudantes, enquanto o posto de saúde não tiver médico, enquanto o CRAS não tiver assistente social, enquanto as nossas escolas não tiverem professores suficientes para dar conta da demanda. Mas aí a gente escuta, e infelizmente segue escutando, que o problema da alfabetização está sobre a responsabilidade dos professores. E eu vou repetir: nós tivemos inúmeras situações sociais, nos últimos quatro anos que nós vivemos na nossa cidade, e o índice do IDEB de Porto Alegre se deve a isso. Nós não podemos ignorar, eu como professora, e nós professores que estamos na sala de aula, que a pandemia foi avassaladora no processo de ensino-aprendizagem, que a enchente afastou as nossas crianças por mais de dois meses da escola, que a precariedade da forma como a educação é tratada por este Município foi, com certeza, e é com certeza, um dos maiores fatores. Mas eu quero aqui dizer, e fazer uma defesa importante, que é uma das proposições do projeto, que é sobre a bolsa-auxílio aos professores. Gente, em Porto Alegre, os professores não recebem o piso nacional do magistério. Em Porto Alegre, os professores estão com uma defasagem salarial de 33%. Em Porto Alegre, o governo Melo deve 11% de defasagem inflacional aos professores e professoras, aos profissionais, aos servidores desta cidade. E todos, todos os profissionais que são responsáveis pela educação deveriam, minimamente, estar sendo valorizados. Então, o primeiro ponto que este projeto apresenta é uma bolsa que deveria não ser nem bolsa, deveria ser um reajuste salarial, que hoje está em um terço de defasagem nos salários dos trabalhadores.

E, por fim, para encerrar a minha fala, um segundo problema que este projeto apresenta é ligado ao pedagógico do projeto. O projeto fala em alfabetização. Alfabetização de quem e para quem? Alfabetização do material de um conteúdo que diz para o meu aluno que “A Eva viu a uva”, e não diz que “a uva vem da parreira”. Nós queremos ensinar os nossos estudantes a pensar e nós queremos um currículo flexibilizado. Então, nós queremos aqui apontar

que há um problema pedagógico gravíssimo no material, primeiro, porque ele não traz letramento racial; segundo, porque ele não faz a inclusão das pessoas neurodivergentes; terceiro, ele tira a autonomia criativa dos estudantes e dos professores ao pensar e planejar suas aulas. Então, estamos na luta para que o Alfabetiza+POA, de fato, considere a valorização dos professores e que considere a flexibilidade nos currículos. Obrigada.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Obrigado, Ver.^a Grazi. Não havendo nenhum... Gente, eu preciso que vocês se inscrevam, senão eu fico... A Ver.^a Karen está com a palavra para discutir o PLE nº 006/25.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde colegas vereadores, subo na tribuna para discutir esse projeto, no sentido de que é mais um programa vinculado à área da educação sem ter uma construção coletiva com as comunidades escolares. Eu dialogo muito com a fala da Ver.^a Grazi, no sentido de que, no mínimo, se fosse um governo sério, nós estaríamos fazendo um raio X e um balanço dos prejuízos ocasionados na educação protagonizados por esse mesmo governo. Então, quando a gente quer colocar novamente uma lógica empresarial, uma lógica corrupta, uma lógica oportunista, que foi a lógica de gestão instaurada nos últimos quatro anos de governo Melo dentro daquela secretaria para os professores, obviamente que a gente vai enfrentar não só resistências, mas problemas reais e objetivos. Porque se a gente não tem o mínimo, se a gente não tem o básico para estar garantindo a segurança das nossas escolas, a segurança alimentar, a discussão da estrutura, desde as caixas d'água – muitas escolas estão com problema nas caixas d'água –, desde as inundações, desde as infiltrações, desde o ar condicionado, do sistema elétrico... Vocês querem implementar meritocracia, metas, pontuações, bonificações dentro de um esquema que desde já a gente vem dizendo que tem problemas – e tem problemas que precedem –, e, para isso é importante ouvir quem está no dia a dia. Construir qualquer política pública é, no mínimo, razoável conversar com quem vai implementar essa política pública, porque também pode

haver resistência, porque também pode haver boicote dessa categoria que não quer implementar um programa que não foi dialogado. Então não é razoável que esse Parlamento siga dando pitaco na educação, na alfabetização das nossas crianças, dos nossos jovens, negligenciando os quatro anos de corrupção envolvendo a pasta da educação da SMED, ou seja, não tem autoridade, não tem moral alguma para vir querer implementar projetos educacionais nessa Câmara, sem no mínimo, sem no mínimo um pedido de desculpa do governo Melo, do secretário Pascoal em relação a esses quatro anos onde as nossas comunidades escolares foram lesadas. O projeto em questão, camaradas que estão me ouvindo, porque é muito difícil a gente conseguir dialogar nesse Parlamento porque boa parte dos vereadores está cagando e andando, desconsidera a construção das comunidades escolares; o projeto em questão desconsidera que os trabalhadores do Município, onde a maior parte são trabalhadores vinculados à educação, e eles estão em greve. Estão em greve por um motivo justo, porque estão sem receber um terço do seu salário. Hoje uma professora estava dizendo, é como se tu, dos 30 dias trabalhados, 10 dias trabalhasse de graça. Porque essa defasagem, esse é o recurso que o Município deve para os professores. Um governo que aumenta o próprio salário, que envia projeto para a Câmara para aumentar a quantidade de CCs, não é razoável uma construção de um projeto como esse, sem diálogo com as comunidades escolares, com uma categoria que está em greve, reivindicando o mínimo. Ontem, a gente recebeu uma proposta degradante, humilhante por parte do governo, o Melo não estava nem em Porto Alegre, chegou para a inauguração ali do South Summit, de 4,83% até abril de 2026. Ele deve 33% para os municipais e apresentou ontem, depois de 8 dias de greve, 4,83%, em até 12 vezes. Uma palhaçada. Ou seja, mais desrespeito para a educação, para quem trabalha, para quem está no dia a dia; mais desrespeito com o erário público – porque dinheiro para CC tem, dinheiro para aumentar o próprio salário tem; e mais desrespeito com essa democracia, que é uma audiência pública virtual, com os especialistas que não conhecem a realidade da escola e que enviam projetos de lei para a Câmara, pautados em meritocracia, em bonificações,

desconsiderando o raio X necessário que tem que ser feito em relação à real estrutura das nossas escolas.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Obrigado, Ver.^a Karen.

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLE nº 006/25.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Moisés, ex-presidente Hamilton, vereadoras e vereadoras, eu vou seguir a mesma linha da professora, a Ver.^a Karen Santos. A Karen apontava aqui o que eu considero muito importante para mostrar que esse projeto é um projeto que desrespeita a soberania, desrespeita a pedagogia, porque é um projeto que quer impor um tipo de plano de trabalho sem possibilidade de alteração desse plano. Os professores querem ter autonomia, querem poder ter participação efetiva no processo pedagógico. E o governo, para variar, com esse secretário, que é um secretário que tem sido acusado, por muitos, de promover um processo de perseguição, de autoritarismo nas escolas, de imposição de um tipo de gestão sem a participação democrática dos professores, dos funcionários e da comunidade. E nós estamos discutindo esse projeto, como muito bem lembrou a Ver.^a Karen, quando a categoria dos municipais realiza uma greve muito importante, e a vanguarda dessa greve é justamente os professores, os trabalhadores da educação, os que estão na linha de frente, mostrando um descontentamento gigantesco. Fazia muitos anos, muitos anos que os municipais não realizavam uma luta tão forte e que os professores não saíam às ruas como estão saindo hoje, inclusive com ameaça de repressão às suas atividades. O governo ofereceu uma proposta absolutamente insuficiente, uma proposta que não toca sequer na reposição de 2023, é só 2024, parcelado para as calendas gregas, 4.8 parcelado até abril. O que o governo pretende é calar a categoria dos municipais, aquietar a categoria dos municipais e fazer um tipo de governo que é um governo que não tenha questionamento. E nós sabemos que os servidores públicos têm questionado o governo, porque é um governo que, ao

invés de valorizar o serviço público, privatiza, terceiriza e está envolvido em inúmeros escândalos de corrupção. Agora, o Pedro Ruas lembrou que o governo decidiu pagar o terreno da Havan, quando o Ministério Público de Contas tinha dito que não tinha por que pagar. O governo entrou na justiça para pagar, o DMAE entrou na justiça para pagar mais de R\$ 1 milhão para a Havan, um pagamento que não corresponde. Então é um governo realmente muito antipopular. E o governo tem recursos, o mais grave é que o governo tem recursos, o governo desvaloriza o serviço público, mas tem recursos. Esta Câmara aqui votou, e o governo tem R\$ 6 bilhões para realizar obras na cidade, e essas obras na cidade vão ter efeito multiplicador, a economia vai girar, então vai haver produção de renda, vai haver produção de empregos e produção de riqueza. Portanto, esse é um momento também para valorizar o serviço público, para valorizar os servidores, para pagar um salário decente aos professores, aos funcionários de escola, aos trabalhadores dos hospitais, aos técnicos, enfim, à categoria municipal abandonada; por isso é que eles estão em luta, e o governo, infelizmente, não apresenta nenhuma proposta.

Eu quero terminar só dizendo o seguinte, Presidente Moisés, foram muito boas as palavras do meu homenageado, Chico Paiva, que ficou, sim, muito surpreso que aqui nós tínhamos, na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, um vereador que não faz a denúncia da tortura, e se elegeu, inclusive, colocando esse tema, erguendo, com orgulho, o seu parentesco, com o conhecido, um dos mais conhecidos torturadores, um dos principais algozes, um dos principais carrascos que nós tivemos durante o regime militar. Felizmente nós derrotamos o regime militar, e, certamente, vamos derrotar aqueles que se consideram herdeiros desse verdadeiro crime que tivemos na política brasileira. Muito obrigado.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOSA (PSDB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLE nº 006/25.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, vejam só, eles devem, a todos os servidores públicos da capital – devem, um calote! Prefeitura é diferente de governo; os governos passam, a Prefeitura fica. A Lei Orgânica diz: tem que pagar o dissídio – anualmente, no mês de maio, tranquilamente. E o dissídio, para quem não sabe, é a inflação. O que é a inflação, popularmente conhecida? A inflação vai crescendo, e o poder de compra vai diminuindo do salário de qualquer trabalhador. Por isso que é preciso ter o reajuste para acompanhar a inflação. E os governos, como passam, às vezes, deixam contas, mas essa conta é da Prefeitura. Então, a Prefeitura de Porto Alegre, hoje, deve, ao trabalhador da escola, do posto de saúde, do DMAE, da limpeza urbana, da Guarda Municipal – que está aqui, nossos valorosos colegas –, da assistência social, engenheiros, arquitetos da Prefeitura, espalhados em vários espaços, assistentes administrativos, enfim, trabalhadores da cultura, todo o sistema público: 33,4%. É muita coisa. Esta semana, o governo ofereceu, no vale-alimentação, 4,83% – isso dá R\$ 35,00 de aumento. Se a gente comparar com o Lula – é importante comparar, nós estamos vendo como é que se trata o servidor público –, o Lula, em menos de dois anos, deu 52%, só no vale-alimentação dos servidores federais, subiu de R\$ 458,00 para mais de R\$ 1 mil. Olhem a diferença: o Lula, 52%; o Melo, nem 5%, são 4,83%. Isso é uma vergonha! A secretária da fazenda, Ana Pellini, foi à Mesa e disse isto: “Ah, olha, 4,83%”. Como é que tu chegaste ao 4,83%, santa secretária?! Não respondeu, não consegue responder, não tem como responder. Aí, agora, aqui, uma fração de professores vai receber uma bolsa, mas a bolsa tem hora para começar e hora para terminar. Só que a educação não termina nunca! A alfabetização, meus filhos, minhas filhas, parlamentares, não é em um ano, dois, três; às vezes, é um ensino fundamental inteiro, porque a gente trabalha com inclusão; então, não são só as professoras das séries iniciais. A alfabetização é responsabilidade, inclusive, dos debates sobre o papel da educação infantil. Eu sou pedagogo, aprendi, estudei, então posso falar sobre esse assunto, e sou doutor em educação. A alfabetização precisa não de bolsa, precisa de criança na educação infantil, primeiro, para a

socialização. Educar e cuidar é a díade da educação infantil. E nós temos 7 mil crianças sem educação infantil. É óbvio que, quando essas crianças ingressarem no ensino fundamental, vai faltar muita coisa para elas. E o problema da alfabetização não se resolve com bolsa. Então, eu não vou dizer que eu sou contra, eu acho que uma bolsa é bom, mas ela não vira salário a longo prazo, esse é o grande problema. Quando essa professora, que receber a bolsa agora, for se aposentar, chegar lá no Previmpa com os documentos, “eu quero me aposentar”, ela vai dizer “eu fiquei tantos anos com bolsa”. “Não, bolsa não entra”. Ou seja, é como se ela não tivesse trabalhado, porque aquilo não vai somar ao salário dela. Sem contar que já fizeram uma reforma previdenciária e rebaixaram os salários das professoras. Hoje, as professoras trabalham sete anos a mais do que trabalhavam dois anos atrás para se aposentar. Então, não adianta vir aqui dizer que estão fazendo pela educação, porque eu não vou deixar de lembrar aqui que a secretária de educação do Melo foi para a cadeia, duas assessoras políticas dos partidos do Melo foram para a cadeia, o empresário, o megaempresário foi para a cadeia e o filho do prefeito está afastado do cargo de vereador, tudo isso naquela bagunça que fizeram na SMED. Então pode ser que a bolsa auxilie um pouco, mas ela é permanente? Não, a bolsa não é permanente, ela é passageira, e o que é passageiro o próximo governo tira, esse mesmo tira. Não dá, nós precisamos de política permanente, é pagar a inflação que deve a todas as professoras e professores, para concluir, Presidente, porque a educação não se faz com um, se faz com todos, inclusive com a merendeira e com as funcionárias da higienização.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Obrigado, Ver. Jonas Reis.

Gostaria de saudar, a pedido do Ver. Márcio Bins Ely, o vereador mais votado de Rosário do Sul, vice-presidente da Câmara, Ver. Tiago Menezes, do PDT.

A Ver.^a Juliana de Souza está com a palavra para discutir o PLE nº 006/25.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Presidente, colegas, antes de vir à votação de hoje, à nossa sessão, eu conversava com professores e professoras do primeiro e segundo ano. Ver. Carlo, nosso vereador da Comissão de Educação, os professores e professoras do primeiro e segundo ano são aqueles que executarão o programa Alfabetiza+POA. Dialoguei com eles para ouvir também, a partir das suas realidades, as reflexões para colaborar na discussão do nosso projeto a ser votado hoje, e eu queria apontar alguns elementos para a nossa reflexão.

O primeiro elemento é que nós temos uma concepção nesse projeto que é, no nosso ponto de vista da oposição, da bancada do PT, problemática em si, porque ela responsabiliza, nas entrelinhas do projeto, os educadores e educadoras pelas dificuldades de alfabetização dos nossos estudantes que estão hoje em escolas precarizadas, que, como a Ver.^a Grazi bem disse aqui, muitas vezes estão com problemas estruturais, nos recursos pedagógicos, nos recursos humanos, porque nós temos turmas sem professores. Então, diante desse cenário, o que o governo apresenta é uma responsabilização dos professores e professoras. Soma-se a isso o caráter, mais uma vez, privatista da educação de tentar fazer negócios com algo que é tão importante. Agora, o secretário Pascoal e o governo Melo trazem aqui um projeto que visa privatizar até a alfabetização das nossas crianças. Mas, para além disso, eu queria discutir não o que nos divide, sobretudo, o que nos faz ter visões diferentes no campo da educação, mas aquilo que pode nos unir, que são elementos que a gente identifica que faltam no projeto e que poderiam ser inseridos. Esse projeto ignora completamente os estudantes da educação especial. Ele ignora completamente que, em uma turma de primeiro ano, com dois alunos autistas grau 3 de suporte, uma educadora não tem condições de implementar o programa no ritmo e em conformidade com as metas que está disposto hoje. Ela não vai conseguir, Ver. Carlo, executar o cronograma de cumprir da página 8 à página 11, em uma semana, nessa turma. Não vai ter como, inclusive, porque na maioria das vezes ela não tem os agentes de inclusão na íntegra do turno para aqueles alunos. Ela

não tem material adaptado para esses alunos. Então, diante dessa realidade, o que a gente vê é uma lacuna no que se refere às necessidades educacionais especiais dos estudantes público-alvo da educação especial, os estudantes com deficiência intelectual, com outras deficiências, neurodivergentes, altas habilidades e superdotação. Eles estão excluídos do programa Incluir+POA. Além disso, esse projeto retira toda a autonomia pedagógica dos educadores e educadoras, que ficam engessados em um cronograma, em um material que sequer eles receberam a formação para utilizá-lo, e que não tem uma articulação nem com a educação para as relações étnico-raciais, nem com a educação ambiental, elementos que nós já avançamos na nossa rede e que hoje ocorrem. O nosso processo de alfabetização, Ver.^a Karen, é contextualizado à realidade social dos nossos estudantes e também articulado com a EREER – Educação para as Relações Étnico-Raciais e com a educação ambiental. Esse projeto abre também uma lacuna nesse sentido, além de não garantir a promoção da acessibilidade ao currículo para os estudantes da educação especial. Então, ele fere a autonomia pedagógica, engessando o trabalho do professor de sala de aula. Há um currículo e há um material pedagógico que ignora também a EREER, a educação ambiental, além das necessidades educacionais especiais dos estudantes, público-alvo da educação. E é por isso que a gente quer apresentar a esse plenário emendas que possam avançar nesse sentido. Além disso, o projeto apresenta todo um viés de articulação com instituições privadas, com monitoramento e formação por institutos privados, quando a gente tem na nossa UFRGS um campo de excelência formativa dos nossos professores. Por isso a gente quer propor aqui uma discussão séria desse projeto, que versa sobre um dos principais desafios da educação municipal, que é o processo de alfabetização dos estudantes que estão nas periferias de Porto Alegre, em escolas sucateadas e precarizadas nos últimos anos pelo governo Melo.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Obrigado, Ver.^a Juliana.

Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezoito vereadores presentes. Há quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Passamos agora, Sr. Presidente, ao encaminhamento e votação das emendas destacadas. A primeira é a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Jonas Reis, que tem a seguinte orientação de prejudicialidade: se aprovada, prejudica parcialmente a Emenda nº 07 quanto à alteração do inc. VI do artigo 4º do PLE nº 006/25, e prejudica totalmente a Emenda nº 06 quanto à alteração do PLE nº 006/25.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 006/25.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, nós temos que lembrar aqui das relações: as relações do governo Melo com o capital, com as empresas privadas, grandes empresas, e não são pequenos negócios, são negócios que levaram a prisões, prisões, cadeia, xilindró, matéria de jornal e medo generalizado no governo. Até onde chegam? Até onde chegam? Eu sei que podem chegar muito longe, mas eles não cansam, eles dão um jeitinho. Não deu certo comprar Chromebooks, não deu certo comprar telas interativas, mesinha, isso e aquilo, agora vamos botar empresas privadas para dar curso. Fácil, muito fácil, chama um fulaninho ali naquele cantinho: “Olha lá uma empresa privada, vem, vamos dar um contratinho para você”. Eu sou contra, por isso essa emenda. Nós temos aqui a Universidade

Federal do Rio Grande do Sul, temos a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, nós temos outras federais, nós temos as instituições que são históricas na nossa cidade, como a Unisinos, como a UniRitter, que começaram de forma confessional, que tem uma relação com a comunidade e formam professores. Por que não chamar essas instituições? Por que querer colocar dinheiro dentro de uma empresa? Por que escolhem essa? Vocês sabem que nós temos, pelo menos, meia dúzia de métodos de alfabetização que são extremamente eficientes para a realidade da educação pública? Mas o governo ignora isso. O secretário de educação não entende nada de educação, absolutamente, não sabe de educação, ele sabe de politicagem, que fazia lá em Esteio e quer trazer para cá! Mas aqui não vai. Aqui não vai ter politicagem, secretário! Aqui nós vamos defender o erário; nós vamos defender a educação pública de qualidade. E não há remendo com bolsinha. E ainda, aqui, querendo fazer relações com empresas privadas usando dinheiro público. Não. Vamos fazer com as públicas. Quer fazer formação continuada? Tens o meu apoio, mas com as instituições públicas. Não com o antigo jeitinho que levou para a cadeia uma secretária de educação. Sempre que o privado vem, dá problema. Porque eles objetivam o lucro, a vantagem; senão, eles estariam filantrópicos, voluntários, mas não é o caso. E eu diria mais: o empresariamento na educação está forte, porque depois do avanço neoliberal, de todas as privatizações, desde a década de 1990, agora resta o que privatizar? Eles vão lá direto no cofre da educação, da saúde, que são as áreas que restaram. Os SUS, felizmente, estão conseguindo atacar pouco, porque a população viu a importância do SUS, do sistema público, garantindo vacinas, internação, oxigênio, leitos, para salvar a população da covid, o público. Eles ainda não conseguiram chegar na educação para transformar em mercadoria, porque eles já botaram várias empresas em vários lugares. Eu ainda não disse aqui, eu estou fazendo uma busca, uma pesquisa profunda, mas um passarinho me contou que tem alguns vereadores que mandam em espaços do DMAE. Mandam e desmandam. Não são os servidores públicos, são os vereadores que supostamente estariam comandando a ordem dos pedidos de realização de serviços. Isso é terrível. Nós estamos apurando

para ver se isso de fato é verdade. Porque, se for verdade, que vereadores estão mandando dentro do serviço público? Vai dar comissão de ética. Esse é o problema do privado lá. Este é o problema do privado lá, Ver. Mauro Pinheiro. Essa é a tristeza. Isso é desolador, porque o povo elegeu o vereador para fiscalizar o Executivo. Vereador não é para aparecer...

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Para concluir, Ver. Jonas.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Para concluir, Presidente. Até passou. Então, para concluir, desculpe, me passei mesmo. Depois, a gente discute as outras emendas. Mas o fato é que essa emenda é para garantir o público.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Muito obrigado, Ver. Jonas.

Estamos encaminhando a Emenda nº 01 ao PLE nº 006/25. Não havendo mais inscritos para encaminhar a Emenda nº 01, vamos votar. Se aprovada a Emenda nº 01, prejudica parcialmente a Emenda nº 07 quanto à alteração do inc. VI do art. 4º do PLE nº 006/25, e prejudica a Emenda nº 06 também quanto à alteração do art. 5º do PLE nº 006/25.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Idenir Cecchim, a Emenda nº 01 destacada, ao PLE nº 006/25. (Pausa.) (Após a apuração nominal.)
REJEITADA por 9 votos **SIM**; 21 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLE nº 006/25. (Pausa.)
O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha essa sessão, vejam só esta emenda que fizemos, porque a gente entende que o ciclo de alfabetização envolve vários profissionais. Portanto, a

bolsa não pode ser apenas para o professor, a professora regente de classe como se diz, o pedagogo, mas para todos os professores envolvidos naquela turma, naquele ciclo de alfabetização. Por isso, Ver.^a Grazi Oliveira, professora – V. Exa., sim, V. Exa. é professora, o secretário não... É que eu estou falando, Karen, que eles são de Esteio, o secretário não é professor, a Ver.^a Grazi foi professora lá. Agora, lembrem, o secretário não aprendeu nada sobre educação, embora tenha sido prefeito. Foi prefeito, mas é aquilo que eu digo, nem sempre o aluno que está matriculado aprende, então nem sempre prefeito eleito aprende sobre gestão pública. Ele não aprendeu o básico, que o ciclo de alfabetização, secretário Leonardo, é feito por várias pessoas ali, não só pelo pedagogo. Então, todos corroboram com o desenvolvimento da educação. E, olha só, eu estou falando dos professores que atuam naquela turma, se aquela turma é a turma que a gente quer que avance a alfabetização, acelere, os professores que servem àquela turma, que dão aula naquela turma, eles têm que ter a bolsa, mas o governo não entende isso, ele acha que é só o regente. E não dá, assim não dá, porque ignora todo o processo educacional coletivo, vai virar confusão. Eu estou tentando botar uma emenda aqui para não ter confusão, estou tentando ajudar, falei para o secretário, eu disse para ele, ele não me ouviu, não sei por que ele não me ouve, não tem problema nenhum que ele é do PL e eu sou do PT. Nós temos que pensar na educação da cidade, tem que ouvir o professor Jonas. Eu sou doutor em educação, aprendi um pouquinho, aprendi um pouquinho mais que ele, eu consegui aprender alguma coisa. Tive o privilégio de fazer o doutorado, não é todo mundo que consegue, graças à Dilma Rousseff, que fez uma implementação de bolsas no Brasil, e muitos que quiseram puderam fazer o doutorado, professores da educação básica. Então, tive essa chance e lá aprendi, secretário. Então, V. Exa. deveria aprender conosco, aprender com a professora Karen, com a professora Juliana, com a professora Grazi, mas não quer, então ele é um cidadão que não quer aprender. E é ruim, um secretário que não quer aprender e vem dizer que vai ensinar alfabetização, que agora vai botar a bolsa, vai resolver; não vai resolver! Eu estou tentando consertar um pedacinho com essa emenda. Espero que vocês tenham entendido, ou vão só

no rastro, nem sabem do que estamos falando. Estou querendo aperfeiçoar, não sou contra bolsas, já falei, bolsa é migalha, bolsa é pouco, tem que ser salário, porque salário a pessoa leva para a aposentadoria, e nós temos que pensar nas pessoas, quando elas não estiverem mais dentro da escola. A gente não pode usar e descartar as pessoas. Dar bolsa, ao invés de melhorar o salário da alfabetizadora, é, mais uma vez, o chamado “mais do mesmo”, porque já fizeram isso em vários outros lugares e não deu certo. Nós temos uma crise na educação, porque não se investe em educação infantil. Estou falando, para melhorar a alfabetização é preciso todas as crianças também na educação infantil, e, mais do que isso, educação de tempo integral, não adianta só a bolsa. O aluno tem que ficar o dia inteiro em casa e o que o Município faz? Nada, não oferece nada de educação integral. Nós temos seis escolas, o mínimo era ter 50, uma capital dar o exemplo, dar o exemplo porque na Lei Orgânica está que 30% do orçamento tem que ser aplicado na educação, e não aplica porque não gosta da educação, está vendo um jeito aqui de gastar, dar o valor da bolsa, mas não é permanente. Permanente é a educação de tempo integral e educação infantil robusta. Marquem bem, o Ver. Jonas falou em 2025, dia 9 de abril, mas daqui dois anos voltaremos a conversar sobre esse tema e veremos o índice do IDEB.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Obrigado, Ver. Jonas.
Ver.^a Natasha.

Vereadora Natasha Ferreira (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MOISÉS BARBOZA (PSDB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pela Ver.^a Natasha Ferreira. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezesete vereadores presentes. Não há quórum. (16h07min) Encerrada a Ordem do Dia.
Passamos à



PAUTA

Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h08min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)
